

Juventude quilombola e associativismo na Amazônia

Monique Medeiros

Patrícia Benedita Leão de Siqueira

Andréia Tecchio

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a participação da juventude rural da comunidade de Porto Alegre na Associação de Remanescentes de Quilombo de Porto Alegre (ARQUIPA), sediada no município de Cametá, Pará. A pesquisa que originou o artigo foi realizada entre agosto de 2018 e junho de 2019 e caracteriza-se como estudo de caso. Como procedimentos metodológicos, foram mobilizadas entrevistas semiestruturadas, análise documental (com base nos documentos que regem a ARQUIPA), e pesquisas bibliográficas. As análises dos dados indicam que a participação da juventude de Porto Alegre na ARQUIPA é incipiente. A principal razão identificada diz respeito às diferenças de perspectiva acerca de organização social entre os jovens da comunidade e os membros não jovens da Associação. No entanto, identificaram-se esforços por parte dos atores sociais pertencentes aos dois grupos para sanar essas dificuldades, o que sugere um horizonte de perspectivas ao desenvolvimento da comunidade como um todo.

Palavras-chave | Amazônia brasileira; ARQUIPA; desenvolvimento rural; juventude quilombola; Pará.

Classificação JEL | J15 O15 R11

Quilombola youth and associativism in Amazônia

Abstract

This work aimed to analyze the participation of rural youth from the community of Porto Alegre in the Association of Quilombo Remnants in Porto Alegre (ARQUIPA), based in the municipality of Cametá, Pará. The research was developed between August 2018 and June 2019 and is characterized as a case study. As methodological instruments, semi-structured interviews, document analysis with a focus on the documents of ARQUIPA, and bibliographic research were mobilized. The analyses carried out indicate that the participation of Porto Alegre's youth in ARQUIPA is still incipient. The main reason identified concerns the differences in perspectives about social organization between the youth of the community and the non-youth members of the Association. However, it is worth noting the efforts made by social actors

belonging to both groups to overcome these difficulties, which provides a horizon of perspectives for the development of the community as a whole.

Keywords | ARQUIPA; Brazilian Amazon; Pará; quilombola youth; rural development.

JEL Classification | B59 R12 R23

Juventud quilombola y asociativismo en la Amazonia

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la participación de la juventud rural de la comunidad de Porto Alegre en la Asociación de Remanentes de Quilombo de Porto Alegre (ARQUIPA), con sede en el municipio de Cametá, Pará. La investigación que originó el artículo se desarrolló entre agosto de 2018 y junio de 2019, y se caracteriza por ser un estudio de caso. Como procedimientos metodológicos se movilizaron entrevistas semiestructuradas, el análisis documental (con base en los documentos que rigen el ARQUIPA), y la investigación bibliográfica. Los análisis realizados indican que la participación de la juventud de Porto Alegre en el ARQUIPA es todavía incipiente. La principal razón identificada tiene que ver con las diferentes perspectivas de organización social entre los jóvenes de la comunidad y los miembros no jóvenes de la Asociación. Sin embargo, se identificaron esfuerzos por los actores sociales pertenecientes a ambos grupos para intentar superar estas dificultades, lo que abre perspectivas para el desarrollo de la comunidad en su conjunto.

Palabras clave | Amazonia brasileña; ARQUIPA; desarrollo rural; juventud quilombola; Pará.

Clasificación JEL | B59 R12 R23

Introdução

Um aspecto relevante do desenvolvimento histórico dos sistemas de cooperação agropecuária no Brasil é o uso das terras comunitárias originadas do processo de formação do país. Influenciada tanto pelas condições precárias do processo colonizatório quanto pelas raízes culturais mescladas, de indígenas, negros e colonizadores europeus, a manutenção de áreas de terra em condição de propriedade comunal, sem apropriação privada, mostrava-se como prática corriqueira (CHRISTOFFOLI, 2015).

Dentre as diversas formas de uso comum das terras, uma importante experiência social deriva-se da resistência dos trabalhadores negros à escravidão. Por meio da fuga e da constituição de áreas livres, em terras ocupadas militarmente, as comunidades quilombolas foram construídas como formas de resistência por todo o país. Os quilombos nascem, então, como estratégia de resiliência, pautando-se em manifestações comunitárias e coletivas de trabalho e solidariedade. No seio destas,

emergem as formas mais embrionárias de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias, entre outras. Elas remontam aos tempos da colonização e se perpetuam até os dias atuais (CHRISTOFFOLI, 2015).

A identidade quilombola se constrói, então, ultrapassando os laços de sangue e de parentesco, conectando-se diretamente ao “reconhecer-se”, às relações de valores, aos costumes, às lutas comuns, além de experiências compartilhadas de racismo e discriminação (SOUZA, 2008). As comunidades rurais quilombolas apresentam papel imprescindível em face às limitações do Estado na resolução de problemas básicos como acesso à educação e saúde, como também ao apoio à produção agrícola (ARAÚJO; GODRIM; SOUZA, 2007). Assim, o trabalho coletivo contribui não somente para a manutenção da cultura de seus antepassados e das organizações dos festejos religiosos (CHRISTOFFOLI, 2015), mas, sobretudo, para reivindicação ao Estado por direitos de acesso à saúde, educação, trabalho e terra.

No Brasil, até maio de 2020, dentre as 3.432 comunidades remanescentes de quilombos existentes, 2.777 estavam certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP)¹. Na região Norte brasileira, até o mesmo período, 366 comunidades estavam certificadas. Mais especificamente, no Pará, até então, 203 das 261 comunidades existentes apresentavam certificação emitida pela FCP (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020). De acordo com dados do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), foram tituladas pelo próprio órgão 56 territórios quilombolas no estado (ITERPA, 20--). Já os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) indicam que, até 2018, apenas três territórios paraenses foram titulados (INCRA, 2018)². Dentre os três territórios titulados — todos pelo Iterpa — no município paraense de Cametá, no estado do Pará, encontra-se a comunidade de Porto Alegre (ITERPA, 20--).

Apesar dessa comunidade ter sido titulada somente no ano de 2007, de acordo com Pinto (2010), ela surgiu ainda no final do século XVIII com a chegada de pessoas de comunidades vizinhas, em sua maioria, negros fugidos do sistema de escravidão vivenciado no Brasil naquele período. Elas viam na mata e na distância a proteção que buscavam e necessitavam, e produziam, em pequenas roças, mandioca, milho e arroz, além de praticarem a caça, a pesca e o extrativismo. A comunidade conserva traços tradicionais do trabalho coletivo, como o “convidado” — um sistema de

¹ O 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20/11/2003, reserva à Fundação Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020).

² Cabe ao Incra titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas articulares. Cabe aos estados e municípios a expedição dos títulos às comunidades quilombolas que se localizam em terras de domínios estaduais e municipais. No Pará, o órgão responsável pela titulação dos territórios quilombolas é o Instituto de Terras do Pará (INCRA, 2020).

ajuda mútua, que funciona, sobretudo, por meio da troca de dias de trabalho nas roças entre agricultores e agricultoras (SIQUEIRA, 2019).

O título coletivo da terra foi emitido em nome da Associação de Remanescentes de Quilombo de Porto Alegre (ARQUIPA). Assim, como a maioria das organizações quilombolas em forma de associação, a Arquipa nasceu com a principal finalidade de representar a comunidade de Porto Alegre na busca pela titulação do território. A partir do primeiro passo dado no que se refere ao reconhecimento do Estado em relação à comunidade, a possibilidade de organização coletiva formal mostrou-se fundamental para a luta por outros objetivos baseados nas suas necessidades, como, por exemplo, o acesso a políticas públicas.

Lima (2012) e Melo (2019), em suas pesquisas que abrangem, respectivamente, os contextos quilombolas do Rio de Janeiro e de Alagoas, revelam a importância da juventude quilombola nessas organizações do campo, sobretudo, no que se refere à constituição futura de importantes quadros sociais de suas lutas. Nessas investigações, a juventude ganha destaque como sinônimo de transformação, criatividade e edificação de estratégias inovadoras de desenvolvimento rural. No presente artigo, por sua vez, o conceito de juventude rural mobilizado corrobora com essas reflexões, bem como de Brumer (2006), que se referem à complexidade operacional na delimitação do início e o fim do período juventude. Portanto, aqui, abarca-se o critério cronológico exclusivamente como fator delimitador metodológico.

A escolha conceitual e metodológica mobilizada para a leitura da realidade da Comunidade Quilombola de Porto Alegre, em Cametá, está intimamente relacionada ao objetivo desse artigo, que é analisar a participação da juventude rural da comunidade de Porto Alegre na Associação de Remanescentes de Quilombo de Porto Alegre (ARQUIPA), sediada no município de Cametá, Pará. Este esforço acadêmico torna-se relevante devido à escassa produção científica sobre o envolvimento dos jovens quilombolas nas organizações sociais amazônicas. Embora exista vasta literatura sobre jovens, quilombolas ou mesmo organizações sociais, poucos são os pesquisadores que se ocupam das temáticas de forma correlacionada.

Com o intuito de apresentar detalhadamente os caminhos teórico-metodológicos, bem como os resultados e análises que consolidam essa investigação, este artigo estrutura-se em cinco itens, para além dessa introdução. O primeiro apresenta as principais perspectivas teóricas que guiam essa análise; enquanto o segundo coloca em destaque as escolhas metodológicas nas quais se pautaram a pesquisa. O terceiro e o quarto trazem os resultados da pesquisa, evidenciando a caracterização socioeconômica e cultural da Comunidade Quilombola de Porto Alegre, bem como a emergência da associação dessa comunidade e o envolvimento dos jovens quilombolas, em especial, nessa organização social. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais potencialidades e limitações da participação da juventude da

Comunidade Quilombola de Porto Alegre na Arquipa, sugerindo, inclusive, janelas de oportunidade para novas investigações.

Os embasamentos teóricos da pesquisa: juventude rural e associativismo

A categoria “juventude” é considerada problemática no âmbito da sociologia, logo, abordá-la teoricamente apresenta-se como um desafio (STROPASOLAS, 2006). Para Bourdieu (2002), em todas as sociedades, a fronteira entre juventude e maturidade é uma luta, pois as divisões em classes de idade ou em gerações são variáveis de um jogo de manipulações. Dito isso em outras palavras, essas variáveis não são dadas, mas, sim, construídas socialmente, portanto, deve-se considerar que:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar de jovens como uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de relação desses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma manipulação evidente (BOURDIEU, 2002, p. 145, tradução nossa).

Para Stropasolas (2006), a categoria social “juventude” unifica simbolicamente um grupo composto por realidades socialmente diversas. No Brasil, a diversidade da juventude ficou mais evidente na década de 2000, quando juventude e políticas públicas passaram, de forma correlacionada, a comporem um tema de investigação científica (CASTRO, 2016). Com esses avanços analíticos, diversas categorias como juventudes rural, do campo, camponesa, da agricultura familiar, quilombola e ribeirinha são reconhecidas como representantes de populações e identidades sociais e políticas.

Não obstante, Renk e Dorigon (2014) chamam a atenção para o fato de que diferentemente de estados como o casamento e a viuvez, não há um marco que defina a entrada e a saída da categoria “juventude”. Logo, com base no pressuposto do aumento da expectativa de vida, e de que os trabalhadores rurais se beneficiam da aposentadoria em regime de assegurados especiais da Previdência Social, a condição de jovem na sociedade rural se torna elástica e relacional. Ou ainda, “situacional”, na qual jovem é quem se considera, e, também, quem é considerado jovem.

O critério objetivo para a definição de quem é jovem para a formação de políticas públicas é a faixa etária, e isso, apesar de indispensável, é uma arbitrariedade social (RENK; DORIGON, 2014). Entretanto, muitos trabalhos acadêmicos se referem à “juventude” como categoria evidente ou explicativa, na qual a definição ocorre por meio da utilização do critério da idade e/ou comportamento (CASTRO, 2009). Nesta pesquisa, como mencionado na introdução, o critério cronológico é

mobilizado exclusivamente como fator delimitador metodológico, tendo em vista que se compreende a riqueza da construção social em torno do que é juventude.

Pautando-se em tal riqueza e relacionando essa à criatividade e inovação, nesse artigo, propõe-se a leitura dessa construção social de juventude de forma associada às potencialidades na consolidação de formas organizativas associativas, de produção e reprodução socioeconômica e culturais. Segundo as investigações de Tiriba e Fischer (2011), debater sobre o associativismo sem correlacionar este debate, na atualidade, ao papel da juventude seria algo infértil. Afinal, os jovens e as jovens se associam de variadas formas e por diferentes motivos: porque se identificam com um determinado estilo de vida e/ou compartilham das mesmas concepções de mundo e de sociedade, porque querem experimentar e exercitar as mesmas práticas, ou reivindicar os mesmos direitos e objetivar a realização de interesses comuns.

O associativismo tem, por essência, proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses afins (SANGALLI *et al.*, 2015). Sobretudo no contexto rural, a ideia do associativismo aparece relacionada ao processo de formação de uma classe trabalhadora. Segundo Lisboa e Bonassi (2003), as estratégias associativas apresentam-se aos agricultores como instrumento estratégico importante para seu fortalecimento político e econômico, tendo em vista que favorecerem a superação do isolamento e, também, facilitam mediações de relações de interesse (de distintos aspectos, comerciais, políticos, culturais, ambientais, dentre outros) com agentes econômicos e institucionais.

No contexto brasileiro dos assentamentos rurais, as formas associativas têm se estabelecido de forma expressiva. A tese de doutorado de Oliveira (2010), que tem como *locus* de análise o Pontal do Paranapanema, em São Paulo, mostra justamente que essas vêm influenciando em uma melhora do nível de produção dos agricultores familiares, e, para além, em sua consolidação política, social e cultural.

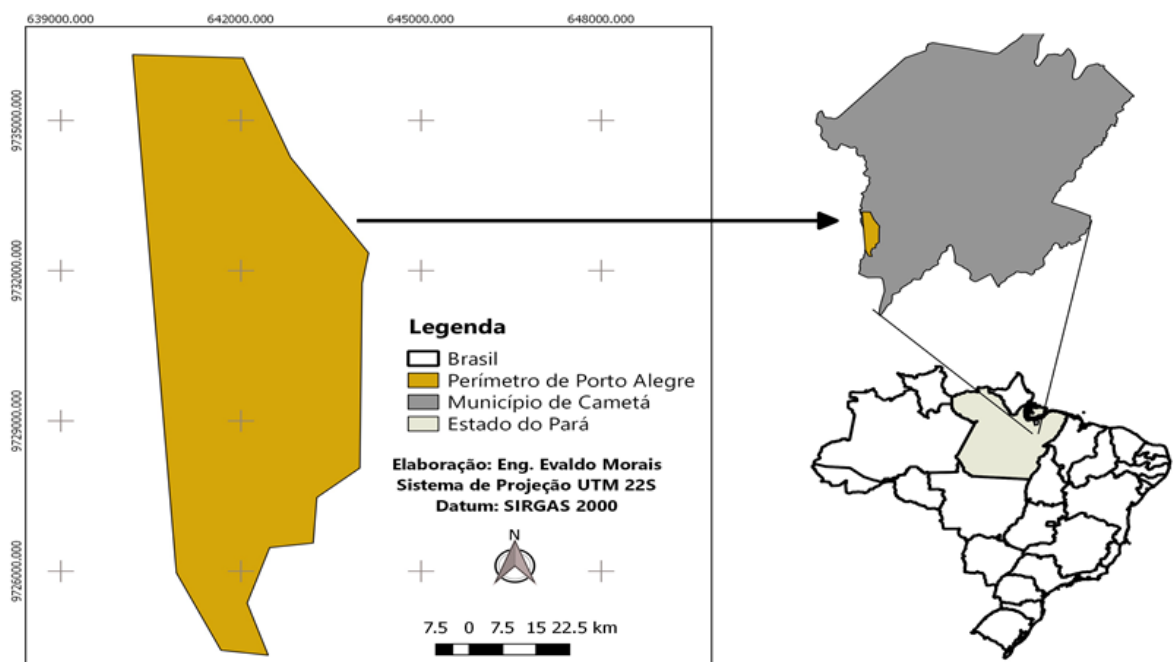
Acerca da região do Marajó, no Pará, a pesquisa recente de Martins (2019) relevou que a construção de laços sociais e a coesão entre os associados da Associação dos Pescadores e Pescadoras do Município de Breves vêm resultando não somente no sucesso da instituição no fortalecimento das atividades pesqueiras locais, como, também, na irradiação de consequências positivas para a população de todo o município, inclusive à juventude.

Os percursos metodológicos para a construção de dados em campo

A Comunidade Quilombola de Porto Alegre localiza-se no município paraense de Cametá, o qual faz parte da região do Baixo Tocantins e possui uma população estimada em 137.890 habitantes, com uma área territorial de 3.081 km² (IBGE,

2019). A comunidade em questão situa-se a 45 km do centro do município, na BR-422, às margens do Igarapé Anauerá (Figura 1). O acesso do centro de Cametá até essa comunidade se dá por via terrestre. Porto Alegre compreende uma área de 2.858,7114 hectares (ITERPA, 20--), com uma população estimada em 400 habitantes. Segundo informações das lideranças comunitárias, do total de moradores, 73 têm 15 e 29 anos. Desses, 45 são homens e 28, mulheres. Ademais, nessa comunidade residem 90 famílias, distribuídas em 80 residências.

Figura 1 – Localização geográfica da Comunidade Quilombola de Porto Alegre (Cametá-PA)



Fonte: Elaborado por Evaldo Silva Morais, 2019.

A pesquisa a campo foi desenvolvida entre agosto de 2018 e junho de 2019 e caracteriza-se como estudo de caso. Os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa pautam-se em uma abordagem qualitativa e quantitativa. Dentre os instrumentos utilizados na construção de dados estão as entrevistas semiestruturadas, a análise documental com foco principal nos documentos que regem a Arquipa, e pesquisas bibliográficas relacionadas à temática proposta. Vale mencionar que, para a delimitação do universo de entrevistados e entrevistadas jovens, considerou-se um recorte etário com base nas especificações da legislação brasileira³, que considera “jovens” as pessoas entre 15 e 29 anos de

³ Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens.

idade. Desse modo, foram entrevistados 20 (do total de 73) jovens moradores atuais da comunidade. Desse total, foram entrevistadas 11 mulheres e nove homens. Duas das 20 entrevistas foram concedidas pelos jovens na cidade de Cametá, pois estes encontravam-se lá no momento da entrevista. Vale destacar que as demais entrevistas foram realizadas na Comunidade de Porto Alegre em finais de semana, momentos nos quais os jovens, em sua maioria estudante, retornam ao seio familiar. Ainda que a maior parte do tempo, cinco dias da semana, passem na cidade estudando, estes se consideram moradores da Comunidade e, por isso, foram incluídos na pesquisa.

Além dos jovens, também foram entrevistados quatro sócios fundadores da Arquipa, sendo eles o presidente da associação, o vice-presidente, a secretária e um sócio que não participa da diretoria. Por fim, na análise dos dados, trabalhou-se “o material acumulado, buscando destacar os principais achados da pesquisa” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A Comunidade de Porto Alegre e a emergência da Arquipa

A Arquipa foi fundada na comunidade quilombola de Porto Alegre, no dia 6 de abril de 2006 (e registrada em 30 de maio de 2006) por 21 sócios. As dificuldades enfrentadas no processo de regularização, precedentes inclusive à fundação da associação, são evidenciadas na fala do presidente da organização: “a gente dava viagens de bicicleta pra Cametá pra legalizar no cartório. A estrada era muito pior do que é hoje, o transporte era difícil e nós não tinha moto” (novembro/2018). Os demais associados confirmaram as dificuldades de deslocamento para a cidade de Cametá e/ou Belém, na busca pela resolução de entraves burocráticos vinculados à formalização da associação. Segundo os interlocutores, essas dificuldades, inclusive, foram fator fortemente influenciador no atraso do processo de registro.

De acordo com o estatuto que rege a entidade, a organização tem por objetivos defender e promover os interesses da população da comunidade; prestar assistência social e cultural; administrar as terras preservando o meio ambiente, dentre outras (ARQUIPA, 2006). A associação possibilitou uma melhor organização da comunidade frente à reivindicação de direitos e na busca por recursos que beneficiem a coletividade, como é possível verificar neste trecho de entrevista de um dos sócios fundadores: “Com a associação, tivemos o reconhecimento como quilombolas, conseguimos projeto de criação de frango, cheque moradia, estamos lutando para conseguir os 30% do Pnae” (novembro/2018).

O projeto de criação do frango caipira, referido pelo entrevistado, foi submetido pelos associados da Arquipa e aprovado na 2ª Chamada Pública para apoio a projetos socioambientais quilombolas – Projeto Fase/Fundo Dema. Em parceria com o BNDES/Fundo Amazônia, a chamada visou promover o desenvolvimento

da agricultura familiar fundamentada em princípios e conceitos de agroecologia (GALVÃO, 2014).

Por sua vez, o “cheque moradia”, também mencionado pelo interlocutor, trata-se de um benefício vinculado ao Programa Nacional de Habitação Rural e ao Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, que buscam sanar o déficit habitacional existente no país. Por meio destes programas, a Arquipa responsabilizou-se por elaborar o projeto e submeter ao agente financiador, além de selecionar os beneficiários e realizar a gestão dos recursos e das obras. Os beneficiários, por sua vez, receberam um valor determinado para construção de suas casas, que foram construídas com apoio da comunidade em sistema de mutirão. Vale mencionar que a operacionalização do “cheque moradia” contou com a contrapartida dos beneficiários no pagamento de 4% do valor total do empreendimento, sendo esse valor dividido em quatro parcelas anuais, sem juros e sem atualização monetária.

E, por fim, sobre o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (Pnae), citado no trecho de entrevista, é uma política pública que vem desde 2009 garantindo que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de alimentos destinados a estudantes de escolas públicas de educação básica do Brasil sejam investidos em produtos da agricultura familiar da região. O programa prioriza a compra de alimentos de assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e comunidades quilombolas (FNDE/CECANE/SC, 2015). Embora a associação ainda não participe da comercialização via Pnae, ela tem buscado formas de acessar tal mercado por meio da obtenção de informações e organização produtiva.

Assim como acontece com relação ao Pnae, a Arquipa atua para facilitar o acesso dos quilombolas a outras políticas públicas. Essa atuação é incentivada pela Malungu, a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará. Cabe mencionar que essa organização, oficialmente fundada em 2004, sem fins lucrativos e econômicos, representa as comunidades quilombolas do Pará e, dentre suas iniciativas, atua justamente na divulgação de políticas públicas de interesse dessas comunidades, bem como instrui tais comunidades sobre o processo de captação desses recursos.

Mesmo a Arquipa recebendo tal respaldo da Malungu, poucas políticas públicas até então acessadas pelos quilombolas de Porto Alegre são especificamente direcionadas aos jovens. O fato da associação da comunidade Porto Alegre não ter dentre suas prioridades a instrumentalização dos jovens para que estes acessem políticas públicas específicas pode ser explicado à luz das reflexões de Castro (2016). A autora evidencia que grande parte das políticas públicas direcionadas à juventude não atende à diversidade social e heterogeneidade desta categoria, na qual inserem-se agricultores familiares consolidados socioeconomicamente, quilombolas, indígenas, pescadores, extrativistas, camponeses-ribeirinhos, dentre outros.

Entretanto, ainda que o acesso direto às políticas específicas para a juventude não aconteça por parte dos quilombolas de Porto Alegre, isso não significa que outras ações do Estado não tenham importância significativa à comunidade. Para além dos pontos mencionados pelo entrevistado acerca das melhorias advindas com a formalização da associação, não se pode deixar de mencionar que entre estas também está a viabilização ao ingresso no nível superior a distintos jovens da comunidade. Por meio da associação eles podem obter um documento comprobatório de pertencimento à comunidade quilombola que é utilizado como pré-requisito no Processo Seletivo Especial (PSE), da Universidade Federal do Pará (UFPA). O referido processo alicerça-se na Resolução N. 4.309, de 27 de agosto de 2012, a qual prevê que devem ser ofertadas duas vagas a mais em cada curso de graduação para Quilombolas. Assim, no total, são mais de 150 cursos de graduação para os quais os candidatos quilombolas podem concorrer a uma vaga. Esses estudantes também podem ter acesso às bolsas de estudos disponibilizadas pelo Ministério da Educação (MEC) direcionadas aos povos tradicionais (indígenas e quilombolas) em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que garante a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior.

O conjunto de transformações que vem sendo catalisado pela consolidação da associação vem reforçando o empoderamento de determinados atores sociais locais enquanto quilombolas. Contudo, o número de associados da Arquipa não teve acréscimo significativo comparando-se os anos 2006 e 2017. Em 2006 o número de associados era 21, e em 2017 passou para 23. Se a análise recair sobre o total de jovens associados, esse número é ainda menor. No ano de 2016 eram cinco jovens associados e, em 2017, esse número passou para três. As explicações dos entrevistados são, majoritariamente, de que alguns dos integrantes da associação casaram-se, constituíram família, adquiriram novas responsabilidades, não dispendo mais de tanto tempo para dedicar-se às atividades da associação. Os dados apresentados e analisados, nos itens subsequentes, aportam reflexões importantes sobre esse processo em marcha.

Os jovens quilombolas de Porto Alegre e seu engajamento social

Para melhor compreender quem são os jovens entrevistados e como se configuram suas realidades, o Quadro 1 apresenta informações acerca de seu sexo biológico, escolaridade, estado civil e profissão.

Quadro 1 – Número de jovens entrevistados e entrevistadas, segundo gênero, escolaridade, estado civil e profissão

Características	Nº de jovens homens entrevistados	Nº de jovens mulheres entrevistadas
Total	9	11
Escolaridade	Ens. Fun. Inc.	2
	Ens. Fun. Com.	1
	Ens. Méd. Inc.	1
	Ens. Méd. Com.	5
	Ens. Sup. Em andamento	0
Estado civil	Solteiro(a)	7
	Casado(a)	2
Profissão	Estudante	1
	Agricultor(a)	7
	Outro	1

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de informações obtidas na pesquisa de campo.

As primeiras aproximações com a comunidade de Porto Alegre, que aconteceram em espaços de diálogos e apresentações das propostas de pesquisas (Figura 2), possibilitaram compreender que a maior parte dos fatores entendidos pela comunidade como ameaçadores estavam relacionados ao aumento da violência e ao uso de drogas, sobretudo entre os jovens.

Figura 2 – Primeira reunião de aproximação entre pesquisadoras e a Comunidade Quilombola de Porto Alegre, agosto/2018



Fonte: Acervo de pesquisa de campo (Comunidade de Porto Alegre, 2018).

Essa realidade não é exclusiva à Comunidade Quilombola de Porto Alegre. Algumas investigações indicam que a prevalência do uso de drogas é maior em determinadas populações-chave, como adolescentes e adultos jovens, pacientes com transtornos mentais e indivíduos de comunidades rurais (LAMBERT; GALE; HARTLEY, 2008). Silva *et al.* (2017), em suas pesquisas envolvendo assentados rurais de Goiás, evidenciam que, entre os homens, fumantes de tabaco, o uso de drogas ilícitas é mais expressivo. Análises realizadas por Lambert, Gale e Hartley (2008), tomando como base a juventude rural norte-americana, demonstram que populações de comunidades rurais apresentam vulnerabilidade para o consumo e problemas relacionados ao uso de drogas ilícitas quando comparadas à população urbana. Segundo os autores, na maioria dos casos, as populações rurais são constituídas por indivíduos com renda e escolaridade baixas, além de precárias condições de trabalho e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. De acordo com ambas as pesquisas, a prevalência de uso de drogas é ainda mais elevada entre os homens jovens.

Há correlações existentes entre essas constatações e os estudos realizados por Dalcin e Troian (2009) no município de Santa Rosa, no estado do Rio Grande do Sul. Em seus estudos, as autoras evidenciam a não atratividade do meio rural à juventude. Dentre os fatores que as levam a afirmar isso estão a ausência de infraestrutura, que abrange desde limitações na saúde básica até a dificuldade de acesso à internet, e de espaços de lazer. No caso gaúcho analisado, as implicações dessas limitações têm contribuído para a constante saída de jovens para as cidades em busca melhores perspectivas profissionais e pessoais.

Conhecer esses elementos percebidos como ameaçadores pela comunidade de Porto Alegre se mostrou-se significativo e possibilitou também a melhor compreensão do aumento do número de jovens que deixaram a comunidade nos últimos anos. Os jovens têm partido da comunidade, sobretudo, com destino à cidade de Cametá. De acordo com os interlocutores dessa pesquisa, se, por um lado,

essa migração se dá pela busca por mais oportunidades, seja para dar continuidade aos estudos ou visando uma vaga no mercado de trabalho, por outro lado, ela gera influências não pretendidas, como o próprio aumento do uso de drogas e consequente crescimento dos índices de violência local. Com o trânsito entre o espaço rural e o urbano, que vem se tornando mais frequente, pessoas de fora da comunidade passaram a visitar este ambiente mais seguidamente e, além disso, os jovens quilombolas passaram a ter mais acesso, na cidade, a experiências distintas daquelas vivenciadas em Porto Alegre.

Outra questão relevante que pôde ser melhor analisada foi o processo de masculinização da comunidade de Porto Alegre. Assim como apontado pelas investigações realizadas no Sul do Brasil por Stropasolas (2006), Dalcin e Troian (2009) e Renk e Dorigon (2014), nessa comunidade, as mulheres jovens estão deixando o campo antes que os homens jovens, e numa proporção maior. Isso vem resultando na permanência no campo dos rapazes que possuem menor grau de escolaridade. Algo que merece ser evidenciado como resultante desse processo é o fato de que as jovens, ao saírem de Porto Alegre, estão dando continuidade aos estudos e distanciando-se dos rapazes em termos de escolaridade, acessando as instituições de nível superior, enquanto os rapazes tendem a parar seus estudos no ensino médio. Das 11 entrevistadas, três se declararam estudantes de ensino superior (27%) e quatro (36%) se declaram agricultoras, enquanto dos 9 rapazes entrevistados, nenhum indicou ser estudante de ensino superior e sete (77,7%) se declaram agricultores. Todos os entrevistados com menos de 18 anos encontram-se regularmente matriculados na rede pública de ensino, cursando ensino fundamental ou médio.

A comunidade de Porto Alegre conta com uma escola de ensino fundamental do 1º ao 9º ano que garante a educação das crianças. E, de acordo com os entrevistados, ela é fruto do engajamento e luta da população, que se operacionaliza por meio da Arquipa. A escola também garante a segurança dessas crianças, uma vez que elas não precisam se deslocar para outras comunidades para estudar, em especial no período do inverno amazônico (que acontece entre os meses de dezembro e maio), no qual há o aumento do nível das águas do igarapé, chegando até a ultrapassar a ponte que dá acesso à comunidade, como mostra a Figura 3.

Figura 3 – Ponte que dá acesso à comunidade no período do verão (imagem à esquerda) e período de inverno (imagem à direita)



Fonte: Acervo de Hilton Lucas Gonçalves Durão (Comunidade Quilombola de Porto Alegre, 2018).

Quando chegam ao ensino médio, os estudantes precisam se deslocar para outra comunidade ou para a cidade, o que faz com que nem todos os jovens de Porto Alegre consigam continuar os estudos. O local mais próximo onde os jovens podem cursar o ensino médio é a comunidade de Pau-de-Rosa, no município de Oeiras do Pará e fica a, aproximadamente, 8 km de distância de Porto Alegre. O transporte escolar é realizado pela prefeitura de Oeiras do Pará e o sistema de ensino é desenvolvido na modalidade modular (uma disciplina condensada por vez), no turno da noite, e apresenta dificuldades na continuidade das aulas, o que faz com que boa parte dos jovens opte por continuar os estudos na cidade. Para poderem estudar, esses jovens tendem a exercer alguma atividade remunerada paralela aos estudos. As moças, em sua maioria, trabalham em casas de família, exercendo atividades domésticas ou de babá e os rapazes, nos comércios locais (como supermercados e lojas de confecções), desempenhando atividades braçais. Geralmente, moças e rapazes trabalham informalmente, com remunerações extremamente baixas, que variam entre R\$300 e R\$600 mensais, sem nenhum de seus direitos trabalhistas assegurados.

Mais fortemente, em meados dos anos 2000, o governo brasileiro buscou incentivar e promover políticas que garantissem o acesso à educação, considerando as particularidades de cada grupo ou região, o que culminou, por exemplo, no Programa Nacional de Educação do Campo, que conduz diretrizes de apoio à Educação do Campo e à educação quilombola (PRONACAMPO, 2013). Os programas de incentivo à educação direcionados aos povos tradicionais têm possibilitado cada vez a entrada de jovens nas instituições de ensino superior, nas mais diversas áreas, da licenciatura ao bacharelado. Como resultado de tais iniciativas, e, como mencionado anteriormente, por intermédio da Arquipa,

atualmente, na comunidade, 22 jovens estudam em Instituições de Ensino Superior públicas: 20 deles na UFPA, nos cursos de Agronomia (3), Pedagogia (3), Letras (3), Química (1), Odontologia (2), Sociologia (1), Matemática (1), Engenharia Elétrica (1), Engenharia Urbana (1), Administração (1), Educação do Campo (1), Língua Inglês (1) e Nutrição (1); um na Universidade do Estado do Pará, no curso de Química; e um na Universidade Federal Rural do Pará, no curso de Zootecnia. A maioria desses estudantes mora e estuda na cidade de Cametá e se desloca para a comunidade aos finais de semana.

Para além da formação acadêmica, os incentivos têm contribuído para que esses jovens busquem conhecer mais a história de seu povo, se reconhecer enquanto coletivo quilombola e, conseqüentemente, se envolver mais ativamente nas ações comunitárias de Porto Alegre. Os jovens entrevistados, em sua maioria, quando questionados sobre a realização de ações conjuntas na comunidade, disseram que ocorrem, no entanto, em períodos específicos do ano, mais precisamente nos meses de festividade religiosa. Na comunidade é bastante expressiva a realização de festividades relacionadas ao catolicismo, não tendo sido identificados traços de religiões de matriz africanas, como candomblé e/ou umbanda, que refletem as formas de resistência da religiosidade, da memória e da cultura negra (CUSTÓDIO; BOBSIN, 2019).

Como exemplo de comemoração católica presente na comunidade tem-se a festividade de São Raimundo Nonato, que acontece no mês de agosto, e a de Nossa Senhora da Conceição, que é realizada no mês de dezembro. Antecedendo as comemorações, a comunidade se reúne para limpeza da vila e do barracão comunitário e organização da festa. Salienta-se que os católicos são os grupos que mais se reúnem em momentos para além da festividade, como por exemplo, para a realização de trabalhos coletivos produtivos com o foco na agricultura. Os agricultores e agricultoras de religião evangélica acabam, em sua maioria, preferindo o trabalho mais circunscrito a seu núcleo familiar de parentesco próximo (pais, filhos, avós etc.).

Dos jovens entrevistados, 80% veem essas ações coletivas, tanto religiosas quanto produtivas, como importantes para a comunidade, como pode ser verificado no trecho de entrevista a seguir:

É importante porque trabalhando em grupo na nossa comunidade, isso fortalece mais. Uma pessoa só fica mais difícil e em conjunto fica mais fácil. Um apoia daqui, outro apoia da culá. Na comunidade pra funcionar é isso, né!? Todo mundo trabalhar em conjunto. Isso fortalece mais o trabalho, o projeto (Jovem quilombola, 26 anos, agricultor na comunidade de Porto Alegre, fevereiro/2019).

Por outro lado, 20% dos jovens — dentre os quais todos são evangélicos — disseram não participar e não ver importância em ações conjuntas ou coletivas relacionadas diretamente à comunidade de Porto Alegre. Entretanto, afirmaram participar de atividades coletivas ligadas à igreja evangélica, as quais se referem à manutenção da igreja, organização dos cultos e eventos religiosos.

O conhecimento sobre associativismo entre os jovens entrevistados se mostrou bastante limitado, restringindo-se, na maioria dos casos apenas, à etimologia da palavra. Ainda que cursos sobre associativismo e cooperativismo tenham sido ministrados na comunidade no período antecedente à constituição da associação, os jovens, por serem ainda crianças naquela época, não detêm os conhecimentos construídos nesses espaços. Tampouco é possível constatar a transmissão de informações entre os adultos que frequentaram tais cursos e os jovens da comunidade. A maioria dos jovens diz apenas saber da existência da Arquipa na comunidade. Indicam já terem ouvido falar, mas não sabem ao certo o que a associação significa, representa ou qual é sua finalidade. Quando, nas entrevistas, esses jovens foram questionados sobre suas percepções acerca das questões burocráticas relacionadas à construção da associação na comunidade, nenhum deles mostrou conhecimento do estatuto, ou dos critérios mínimos necessários para alguém associar-se. É preciso enfatizar que apenas três dos 20 entrevistados participam atualmente da Arquipa.

De acordo com o presidente da associação, o diminuto envolvimento da juventude na Arquipa se dá pela dificuldade em encontrar mecanismos para despertar o interesse dos jovens pela entidade. O entrevistado ressalta ainda que “a participação dos jovens é um problema na maioria das comunidades”. Entretanto, embora os membros da associação digam que buscam e incentivam a participação dos jovens, estes últimos, por sua vez, ressaltam sua perspectiva que difere daquela dos demais membros:

Geralmente [os associados] não convidavam os jovens. Agora que eles tão querendo que os jovens participem. Agora eles estão chamando, fazendo reunião com os jovens. Vão, convidam, mas, antes, não. Antes era só eles. A gente nem sabia de nada (Jovem quilombola, 18 anos, estudante secundarista no centro urbano de Cametá, fevereiro/2019).

Ainda segundo os entrevistados, os jovens quilombolas, ao adentrarem nas universidades, têm contato com informações e conhecimentos múltiplos, que envolvem inclusive o âmbito legislativo e de políticas públicas. Esse contato com novos atores sociais culmina em transformações importantes na comunidade e irradia consequências positivas também na associação. Estar na universidade, para muitos desses quilombolas, significou fazer parte de grupos de pesquisa, frequentar reuniões de organizações diversas e saber como reivindicar, também no âmbito de

sua própria comunidade, o direito à participação social. No trecho de entrevista acima é possível perceber que essas irradiações alcançam também a dinâmica de atuação da própria Arquipa. Os jovens que hoje vinculam-se a ela mostram, cada vez mais expressivamente, a importância de envolver outros jovens nesse processo associativo.

Ademais, a relação cada vez mais próxima entre o campo e a cidade também vem mostrando-se influenciadora em modificações na relação dos jovens com a organização. Os jovens vêm buscando novas formas de se relacionar socialmente, distintas formas de lazer e até mesmo diferentes profissões. Essa agregação de características urbanas pelos jovens rurais é demonstrada em estudos realizados por Lopes e Doula (2013), nos quais os autores apontam o interesse da juventude rural de Minas Gerais, pela utilização de tecnologias de comunicação e informação. Nesses estudos ganha destaque a utilização das redes sociais com finalidade de informação e diversão.

De forma similar, percebe-se no contexto da comunidade de Porto Alegre o interesse crescente entre os jovens pelo acesso a essas redes. Interesse este incongruente com as limitações infraestruturais significativas existentes na comunidade, como, a ausência de sinal de telefone celular, de internet, e, muitas vezes, dos equipamentos eletrônicos que possibilitariam o acesso a essas redes. Como anteriormente mencionado, a busca por melhores condições de trabalho e renda, acesso à informação e à educação são elementos fortemente influenciadores do êxodo de jovens para o centro de Cametá.

Ainda que a realidade amazônica tenha peculiaridades importantes quando comparada ao restante do Brasil, sobretudo no que se refere à infraestrutura básica, as pesquisas realizadas por Chauveau e Stropasolas (2016), com jovens rurais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, evidenciam que as dificuldades encontradas pela juventude do Sul do Brasil também se concentram em condições precárias de mobilidade, o que envolve transporte, estradas e grandes distâncias até os centros urbanos; limitações relacionadas à inclusão digital (celular, internet), e até propriamente a deficiência de espaços destinados ao lazer (como ginásios, bares, cinemas, etc.). Ademais, vale destacar que, nesses distintos contextos, ainda coexiste com estes elementos obstaculizadores uma imagem bastante estigmatizada por parte desses jovens de ser trabalhador ou trabalhadora rural.

A maioria dos jovens entrevistados reconhece a associação como um instrumento importante de busca de melhorias infraestruturais, como o acesso à internet, mas, também salienta a necessidade de a entidade estar mais aberta às ideias e sugestões destes para as tomadas de decisão do coletivo. Nas entrevistas, eles e elas revelam seus anseios por dinamizar as oportunidades dentro de sua comunidade para que possam trabalhar e contribuir de forma satisfatória para o desenvolvimento local e bem-estar de suas famílias. Os jovens buscam por projetos que os incentivem na prática de uma agricultura mais contextualizada, territorializada, que garanta renda

e qualidade de vida. E veem na Arquipa um inestimável horizonte de perspectivas. No entanto ainda procuram formas de acessar ou explorar essas oportunidades.

Conhecer algumas experiências exitosas em outros contextos pode, inclusive, catalisar ideias adaptadas à realidade local de Porto Alegre. Nesse sentido, os intercâmbios, mesmo realizados à distância física, facilitados pela internet acessada nos ambientes institucionais, como as universidades, por exemplo, podem conectar interessados na troca de experiências e consolidação de novidades organizacionais estimulantes aos jovens. De acordo com Medeiros (2017), a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt), localizada no município de Itati, no Rio Grande do Sul, por exemplo, vem apostando nisso. Por meio de longas conversas com distintos sujeitos do campo, espalhados pelos mais diversos contextos brasileiros, chegou à constituição atual de uma diretoria inteiramente jovem, que busca colaborar, de forma cada vez mais progressiva, para que os e as jovens permaneçam no campo e sejam responsáveis por uma agricultura familiar pautada em bases sustentáveis. Dentre as iniciativas da Coomafitt estão a organização de cadeias de turismo rural como alternativa para complementação de renda e o projeto Escola Cooperativa, por meio do qual, em parceria com as escolas estaduais, são estimuladas iniciativas de valorização da agricultura familiar e criação de oportunidades de trabalho ao jovem e à jovem rural no campo (MEDEIROS, 2017).

Essas estratégias vêm ratificando que o jovem e a jovem rural têm o poder de desenvolver sua comunidade, melhorar a vida de sua família e vizinhos, e são necessários para a manutenção das dinâmicas culturais locais e de saberes geracionais (CHAUVEAU; STRAPASOLAS, 2016). A associação pode estimular a capacidade empreendedora do jovem, abrindo oportunidades de emprego, renda e lazer que estimulem a permanência dele na zona rural. Em contrapartida essas ações beneficiariam a comunidade como um todo.

Ainda no contexto do Baixo Tocantins, faz-se relevante evidenciar uma estratégia que também vem sendo desenvolvida no intuito de transformar positivamente e diretamente a realidade de jovens rurais e uma comunidade como um todo. A associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Oxalá de Jacunday, localizada no município de Moju, no Pará, fundada em 2002, nasceu como fruto de luta coletiva, pelo reconhecimento e demarcação da comunidade como quilombola e atualmente vem impulsionando uma série de modificações na dinâmica territorial. A associação que envolve, majoritariamente jovens em sua diretoria, é responsável pela potencialização de construções de sistemas agroflorestais sustentáveis, bem como a construção social de mercados (VALADARES; MEDEIROS, 2020).

Partindo-se da análise das experiências bem-sucedidas dessas organizações, em um primeiro momento, enfatiza-se o potencial latente da consolidação de parcerias interinstitucionais entre a Arquipa e distintas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, mas, especialmente, com outras organizações rurais, como as acima

mencionadas, que possam aportar na troca de informações e conhecimentos, sobretudo, envolvendo diretamente os jovens da comunidade. As parcerias mostram-se cada vez mais necessárias no fortalecimento da reciprocidade, sem a qual faz-se cada vez mais difícil a edificação de estratégias de resiliência por parte das agriculturas familiares.

Considerações finais

As organizações sociais mostram-se cada vez mais importantes para o desenvolvimento rural, pois contribuem na melhoria da qualidade de vida, o que envolve desde a garantia do acesso ao emprego e renda até saúde, educação e lazer. No campo, a juventude rural apresenta um potencial latente de inovação e criatividade que transforma positivamente também as organizações.

Mesmo compreendendo a relevância da Arquipa, os jovens e as jovens de Porto Alegre ainda se encontram distantes dessa organização. Isso se dá devido a distintas razões, dentre as quais destaca-se as ideias incongruentes entre os associados e os jovens não associados. No entanto, atores sociais pertencentes aos dois grupos têm buscado sanar essas dificuldades, tendo em vista as melhorias que essa aliança pode trazer para a comunidade. Para isso, a busca por estratégias diferenciadas de comunicação entre as categorias tem se mostrado relevante.

Vislumbra-se que o intercâmbio de informações entre a Arquipa e outras organizações sociais pode ser frutífero na construção de metodologias de trabalho, por meio das quais seja facilitado aos jovens se integrarem mais aos espaços de construção de conhecimentos e tomadas de decisão no que diz respeito à sua comunidade.

No concernente ao papel das políticas públicas específicas à juventude na construção de estratégias de desenvolvimento territorializadas, o acesso menos obstaculizado dos jovens quilombolas de Porto Alegre a essas políticas poderia ser um elemento dinamizador de sua melhoria de qualidade de vida e, conseqüentemente, da consolidação da organização social da própria comunidade. Dessa forma, sobretudo no atual contexto de múltiplas crises pelas quais o mundo passa (na área da saúde, socioeconomia, ambiente e política), pesquisas que tratem sobre o papel das políticas públicas direcionadas à juventude e que, em especial abarcam o espaço rural, se fazem significativamente importantes. Evidenciar as potencialidades e limitações dessas políticas em um contexto nacional de desmantelamento de políticas de desenvolvimento rural parece ser estratégico. Assim como a consolidação de uma associação quilombola vigorosa em um contexto político-econômico no qual o Estado, cada vez mais, reduz sua ação no fortalecimento da agricultura familiar.

De modo geral, este artigo evidencia não somente as limitações no processo de aproximação dos jovens à Arquipa como também a vívida potencialidade do vínculo dos jovens da Comunidade Quilombola de Porto Alegre ao conjunto de ações coletivas da comunidade. Seja pela determinação que apresentam, pelo ar inovador de suas ideias, ou mesmo pela necessidade de continuidade nas atividades já em andamento, uma vez que é necessária a renovação dos membros da instituição de tempos em tempos, para que esta continue ativa.

A presente pesquisa também abre janelas de oportunidades para novos estudos no que se refere ao entrelaçamento das temáticas juventude quilombola amazônica e organizações sociais rurais, apresentando-se como singelo convite para análises vindouras. Como, por exemplo, aquelas relacionadas ao papel das organizações sociais rurais na promoção e incentivo da educação dos jovens e seu acesso ao nível superior, assim como as transformações desencadeadas nas comunidades após essa formação desses atores sociais.

Agradecimentos

As autoras agradecem ao CNPq pelo apoio financeiro concedido à realização de pesquisa de campo, por meio do projeto “Tecnologia e Inovação Social na Amazônia Oriental: articulando produção e sustentabilidade na consolidação da agricultura familiar quilombola”, aprovado na chamada CNPq/MCTIC/MDS nº 36/2018 - Tecnologia Social.

Referências

ARAUJO, T. C. A; GODRIM, M. D.; SOUZA, V. S. A organização social da agricultura familiar do projeto Jaíba-MG como desafio para o desenvolvimento local sustentável. *In*: XLV CONGRESSO DA SOBER. Palestra. **Anais [...]**. Londrina, 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7706530-A-organizacao-social-da-agricultura-familiar-do-projeto-jaiba-mg-como-desafio-para-o-desenvolvimento-local-sustentavel.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DE PORTO ALEGRE - ARQUIPA. **Estatuto da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Porto Alegre**. Cametá, PA, 2006.

BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions De Minuit, 2002.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural*, 7, Quito. **Anais [...]**, 2006.

CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de Ciências Sociais**, n. 45, 2016, p. 193-212.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 7, n. 1, 2009.

CHAUVEAU, H., STRAPASOLAS, V. L. Práticas culturais e lazer da juventude rural nas recomposições territoriais das ruralidades de três territórios do Sul do Brasil. *In: PEIXER, Z. I.; CARRARO, J. L. Povos do campo, educação e natureza*. Lages: Grafine, 2016. 188 p.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. *In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (org.). Questão Agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 169-187.

CUSTÓDIO, E. S; BOBSIN, O. Formas de resistência da religiosidade, da memória e da cultura negra no Amapá: o caso da comunidade quilombola de Mel da Pedreira. **Horizonte**, v. 17, n. 52, p. 366-388, 2019.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. *In: Seminário Nacional Sociologia & Política*. **Anais [...]**. Curitiba, 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades certificadas**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 26 mai. 2020.

FNDR/CECANE-SC. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina. **Histórico do maior programa de alimentação em atividade no Brasil**. Disponível em: http://www.rebrae.com.br/conteudo_noticia.php?id=5500#.VS1l-fnF-dE. Acesso em: 14 mar. 2015.

GALVÃO, É. **Quilombolas promovem segurança alimentar no Baixo Tocantins**. Fundo DEMA. Disponível em: <http://www.fundodema.org.br/conteudos/noticias-fundo-dema/33359/quilombolas-promovem-seguranaa-alimentar-no-baixo-tocantins>. Acesso em: 12 jul. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades 2019**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama>. Acesso em: 18 jun. 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Regularização de Território Quilombola**. Perguntas e Respostas. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Regularização de Território Quilombola**. 20---. Perguntas e Respostas. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Andamento dos processos - quadro geral**. 2018. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/andamento_processos.pdf. Acesso em: 26 maio 2020a.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Quilombolas**. 20---. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas-0>. Acesso em: 26 mai. 2020b.

LAMBERT, D., GALE, J. A.; HARTLEY, D. Substance abuse by youth and young adults in rural America. **Journal of Rural Health**, v. 24, n. 3, p. 221-228, 2008.

LIMA, D. P. N. S. **Território quilombola e (des)envolvimento local: dificuldades e superações no quilombo campinho da independência**. Paraty/Rj. 2012. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/120.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

LISBOA, T. C.; BONASSI, S. A. O associativismo como estratégia competitiva no varejo: um estudo de caso na AREMAC – AM. **Revista Eletrônica da Administração**, v. 2, n. 2, p. 1-25, 2003.

LOPES, K. C. D.; DOULA, S. M. Juventude Rural na Sociedade da Informação: a internet e seus usos no Brasil. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 24, n. 2, p. 113-132. 2013.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, A. B. **Capital social como fator de fortalecimento da Associação dos Pescadores e Pescadoras do Município de Breves: um estudo de caso.** 2019. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal Rural da Amazônia, 2019.

MEDEIROS, M. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

MELO, N. R. V. **Juventude e território: o caso da Serra das Viúvas.** 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, 2019.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2010.

PINTO, B. C. M. **Filhas das matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina.** Belém: Editora Açai, 2010. 350 p.

PRONACAMPO. Programa Nacional de Educação do Campo. **Documento orientador.** Brasília, 2013. 17 p.

RENK, A.; DORIGON, C. Juventude rural e reconvenção produtiva rumo a produtos de qualidade diferenciada. *In:* RENK, A.; DORIGON, C. (org.). **Juventude rural, cultura mudanças sociais.** Chapecó: Ed. Argos, 2014, p. 35-76.

SANGALLI, A. R. *et al.* Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SILVA, A. C. *et al.* Consumo de drogas ilícitas em assentamentos rurais. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 11, n. 8, p. 3065-3071, 2017.

SIQUEIRA, P. B. de L. **Juventude rural e organização social: uma análise da associação de remanescentes de quilombo de Porto Alegre, Cametá/PA.** 2019. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Agronomia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2019.

SOUZA, B. O. Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. *In: Reunião Brasileira de Antropologia*, 26. **Anais [...]**. Porto Seguro, BA, 2008, p. 1-18.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006, 346 p.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 13-29, 2011.

VALADARES, S.; MEDEIROS, M. Organização social, r-existências quilombolas e a concepção do Bem Viver no Território de Jambuaçu, Mojú/PA. *In: XIII Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (XIII SICOOPES) e IV Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação Social (IV FECITIS)*. **Anais [...]**. Castanhal, Pará, 2020.

Data de submissão: 06/07/2020

Data de aprovação: 20/08/2021

Revisão: Daniela Matthes (português), Anderson de Miranda Gomes (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Monique Medeiros

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas / Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá

66075-110 Belém/PA, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8789-0621>

E-mail: mmedeiros@ymail.com

Patrícia Benedita Leão de Siqueira

Bacharela em Agronomia / Universidade Federal do Pará

Trav. Pe. Antônio Franco, 2617 – Matinha

68400-000 Cametá/PA, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3532-8852>

E-mail: pblsiqueira.06@gmail.com

Andréia Tecchio

Universidade Federal de Santa Catarina

Rodovia Admar Gonzaga, 2024 – Itacorubi

88034000 Florianópolis/SC, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0283-9996>

E-mail: deiatecchio@yahoo.com.br